



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0230/12	DATA: 28/03/2012
INÍCIO: 15h04min	TÉRMINO: 17h09min	DURAÇÃO: 02h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h05min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO:

OBSERVAÇÕES
TEXTO SEM REVISÃO. APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, boa tarde.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo às Sras. e aos Srs. Deputados que foram distribuídas cópias das atas da 38ª reunião ordinária, realizada no dia 14 de março, e da 39ª reunião ordinária, realizada no último dia 21 de março. Portanto, trata-se de duas atas, a da 38ª, do dia 14, e da 39ª reunião ordinária do dia 21 de março.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Solicito a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Há um requerimento para leitura da ata.

A Presidência percebe uma outra liturgia do plenário esboçada pelo nobre Deputado Eduardo Cunha. Em se tratando de uma liturgia formal, o que é um direito, e legítimo, quero indagar da Mesa se o nobre Deputado registrou presença para poder fazer o uso da palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Regimentalmente, qualquer Parlamentar que, não registrando presença, quando usa da palavra a presença é automática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Percebo que o nobre Deputado registra presença.

Diante de questão de ordem, eu, particularmente, como Presidente, entendo que tudo isso é legítimo, normalíssimo e temos que seguir de acordo com... Se eu tiver que usar uma expressão popular, e não custa fazer uso dela, eu acho que os trabalhos devem seguir como uma bela dança de salão. A dança é de acordo com a música. Ou seja, se temos que seguir o Regimento, vamos seguir o Regimento. Isso é normal, comum, porque o procedimento chega naquela fase de afunilamento. Portanto, a questão agora será mais de mérito. Em sendo de mérito, salve-se quem tiver a maioria. Por esta razão, eu quero nomear, solicitando a gentileza...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, V.Exa. me concederia a palavra antes de fazer a nomeação?

Quero deixar bem claro um posicionamento se V.Exa. me permitir. Tenho a palavra por um minuto?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pois não, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Veja bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Estou nomeando o vice-Presidente, exatamente para a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Apenas por que essa colocação pode ser importante. Estamos numa matéria extremamente política e as colocações políticas acabam tendo sempre ao fim preponderância sobre o rito regimental.

Estamos num momento em que vamos escolher o caminho que vamos andar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ou vamos andar numa estrada com muitos buracos, em que os 50 quilômetros podem ser feitos em cinco horas, ou podemos andar numa estrada normal, em que os 50 quilômetros podemos fazer em 50 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, qual a ponderação que estou querendo colocar? Eu não estou querendo impedir, de pronto, a votação. Obviamente que se for no rito normal que está sendo colocado, tudo farei para isso.

O problema é que estamos com uma matéria — quero chamar a atenção do plenário — que é extremamente diferente de todas as outras matérias de constituição de Comissão Especial. A praxe é que tenhamos um projeto de lei, em que é designada uma comissão especial, nomeado um Relator para proferir parecer de uma comissão especial. Cabem emendas na comissão especial. É feito o relatório com texto do substitutivo ou projeto originário do Relator. Nós destacamos as emendas a um texto originário e votamos ou não um projeto já pré-conhecido.

Aqui se criou uma comissão para criar sugestões, do qual está saindo um projeto que, por mais que o Relator possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Peço a atenção do plenário. É legítima a discussão...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - ...aos Parlamentares e aos partidos, a sociedade, ele construiu, Sr. Presidente, um projeto que foi a visão dele sobre o processo, com várias sugestões de PEC, com uma diferença — é importante que o



plenário saiba, porque há muita confusão com relação a isso. O texto do parecer dele contém um projeto de lei e cinco sugestões de PEC. O projeto de lei dele, uma vez terminada a votação da Comissão, vai ser numerada e ao plenário, pronto para a votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Eduardo Cunha...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - As 5 sugestões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por gentileza...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pois não. Eu pedi só 1 minuto para esclarecer qual a razão da minha posição. Não quero obstruir (*ininteligível*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, mas, por gentileza, eu, particularmente, como Presidente, compreendo a posição de V.Exa. O que eu não devo, neste momento, em benefício da tramitação que nós devemos...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É que eu queria fazer uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É que, neste momento... Permita-me, por gentileza, uma rápida observação, e isso não é do meu feitio: o Deputado Marcelo Castro...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, eu peço para discutir a ata e faço a minha proposta de discussão também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pronto. É que o Deputado Marcelo Castro, que tem estado aqui, durante todo o... Não é o meu perfil...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pois não, pois não

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O que eu desejo dizer é o seguinte: eu sempre coloquei que, com o maior respeito a V.Exa., e até com um pedido de desculpas pela minha interrupção...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu respeito V. Exa. Eu peço para discutir a ata e me inscrevo para discuti-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pela minha interrupção não brusca, mas com muito jeito...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Tá. Por gentileza, inscreva-me para discutir a ata.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pronto. Esse não é, realmente, o meu feito. Ou seja, eu sempre disse que..

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Peço-lhe desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, o que é isso? A desculpa quem pede é a Presidência. Olhe, eu sempre disse que consensos podem ser construídos até um determinado momento. Ponto. Isso é Parlamento. Parlamento, pelas posições divergentes, o dissenso é legítimo, é próprio. E quando não alcançamos o consenso e vamos exatamente a choque, nós temos que usar o Regimento como instrumento para harmonizar esse dissenso. O dissenso não de concordância do mérito, mas de condução dos trabalhos.

Então, veja: as questões de fundo, diante do pedido... E eu peço ao nobre Vice-Presidente, o Deputado Edinho, exatamente para fazer a leitura da primeira ata, porque antes mesmo da apreciação desses requerimentos, que serão devidamente apreciados, nós vamos dar continuidade à discussão da matéria, e o Deputado Marcelo Castro é o primeiro inscrito, na continuidade da sessão anterior, em que o último foi o Deputado Marcus Pestana. Então, depois que todos discutirem a matéria, que falarem, aí vamos aos requerimentos de encaminhamento. Mas, como agora não teremos deliberação, nós estamos num momento de discussão, e, diante do requerimento de V.Exa., porque não houve unanimidade para a dispensa da leitura e aprovação da ata, com a palavra o Vice-Presidente, a meu pedido, para fazer a sua leitura — de uma e, logo depois, da outra ata.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Passo à leitura das atas.

“Ata da 38ª reunião ordinária realizada em 14 de março de 2012.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia quatorze de março de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política, no Anexo II, Plenário 07 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Edinho Araújo, William Dib e Ronaldo Caiado — Vice-Presidentes; Henrique Fontana — Relator; Alceu Moreira, Alfredo



*Sirkis, Arnaldo Faria de Sá, Cabo Juliano Rabelo, Carlos Eduardo Cadoca, Daniel Almeida, Eduardo Azeredo, Erika Kokay, Esperidião Amin, Fábio Faria, Luiza Erundina, Marcus Pestana, Mauro Benevides, Miro Teixeira, Reguffe, Ricardo Berzoini, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandro Alex, Simão Sessim, Vicente Arruda e Waldenor Pereira — Titulares; Bohn Gass, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Carlos Alberto, Eleuses Paiva, Felipe Bornier, Fernando Ferro, Luiz Alberto, Marcelo Castro e Onofre Santo Agostini — Suplentes. Compareceu também o Deputado Luiz Noé, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Almeida Lima, Antonio Carlos Mendes Thame, Augusto Coutinho, Efraim Filho, Ivan Valente, João Paulo Lima, José Guimarães, José Otávio Germano, Jovair Arantes, Luciano Castro, Newton Cardoso, Pauderney Avelino, Paulo Maluf e Vitor Paulo. Justificou a ausência o Deputado Almeida Lima. Abertura: Havendo número regimental, o Deputado Edinho Araújo, Primeiro Vice-Presidente que estava presidindo a reunião, declarou abertos os trabalhos e em apreciação a Ata da 37ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de fevereiro de 2012. Dispensada a sua leitura, a ata foi colocada em discussão. Em discussão, ninguém fez uso da palavra, em votação, a Ata foi aprovada. **EXPEDIENTE:** Ofício nº 138/12 da Deputada Rosane Ferreira, justificando sua ausência na semana de 10 a 17 de março, em virtude de se encontrar em Missão Oficial da Câmara dos Deputados. **ORDEM DO DIA:** Prosseguindo, o Deputado Edinho Araújo anunciou que a reunião havia sido convocada para a discussão do Relatório apresentado pelo Deputado Henrique Fontana. Após comunicar as*



orientações a respeito dos trabalhos da comissão e o processo a ser adotado durante a discussão e votação da matéria, o Deputado Edinho Araújo concedeu a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que questionou a concessão aos partidos políticos de mais um destaque de bancada. Feito os esclarecimentos por parte da presidência da Comissão, o Deputado Arnaldo formulou questão de ordem neste sentido. Em resposta à questão de ordem, o Deputado Edinho Araújo comunicou que a presidência adotaria a quota estipulada no Regimento Interno para a apresentação de destaques de bancada. Antes de passar a palavra aos Deputados inscritos para o debate, o Deputado Miro Teixeira sugeriu que a discussão não se encerrasse naquela reunião. Após acatar a sugestão do Deputado Miro Teixeira, referendada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Sr. Presidente passou a palavra ao Deputado Henrique Fontana para que apresentasse seu parecer às últimas emendas apresentadas. Finalizada a exposição do Relator e antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Edinho Araújo comunicou que havia sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá solicitando o adiamento da discussão da matéria por 5 sessões. Usaram da palavra, para encaminhar, o autor do requerimento, Deputado Arnaldo, que encaminhou a favor, e o Deputado Alfredo Sirkis, que encaminhou contra o requerimento. Durante a orientação de bancada, o Deputado Miro Teixeira fez um apelo ao Deputado Arnaldo para que este retirasse o requerimento, possibilitando assim o início da discussão da matéria. Atendendo a solicitação, o Deputado retirou o requerimento de sua autoria para o adiamento da



discussão do Relatório e o Deputado Edinho Araújo passou a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Alfredo Sirkis. Em seguida, usaram da palavra para discussão da matéria os Deputados: Reguffe, Ronaldo Caiado, Bohn Gass e Marcus Pestana.
ENCERRAMENTO: *Antes de conceder a palavra aos demais oradores inscritos, e em virtude do início da ordem do dia no Plenário da Câmara, o Deputado Edinho Araújo encerrou os trabalhos da reunião às dezessete horas e sete minutos. Para constar, eu _____, Ana Lúcia Ribeiro Marques, lavrei a presente Ata, que, após ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Edinho Araújo _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente, a integrar o acervo documental desta reunião.”*

Está lida a ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em discussão a ata da 38ª reunião. Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, V.Exa. tinha razão quando me interrompeu, dizendo que regimentalmente eu não poderia fazer o uso da palavra naquele momento. Eu peço desculpas a V.Exa. por ter interrompido, utilizado indevidamente o tempo, fora do momento apropriado para isso. Dessa forma, resolvi me inscrever àquilo que regimentalmente eu tenho o direito para a discussão de toda a proposta que está em votação, e a ata é uma proposta.

Então, Sr. Presidente, eu quero tentar concluir aquele raciocínio, porque, como eu estava dizendo, temos 50 maneiras de fazer a mesma coisa. O que estava dizendo é que nós estamos dentro de um processo político o qual, diferentemente das propostas que geram Comissão Especial, estamos gerando uma sugestão de um projeto de lei que, uma vez aprovado no relatório nesta Casa, irá virar um projeto



numerado e irá ao plenário pronto para votação. E cinco sugestões de PECs que, uma vez aprovados aqui, terão que se colher 171 assinaturas, protocolar, ir para a Comissão de Constituição e Justiça, ter a boa vontade do nosso querido Presidente Ricardo Berzoini designar um Relator, de ele ir para a admissibilidade para depois depender da boa vontade do Presidente da Casa para se criar a Comissão Especial para depois, sim, poder ser apreciada.

Então, são circunstâncias políticas que estamos colocando completamente distintas de uma Comissão Especial.

O que eu quis, com muita clareza e transparência, é dar uma solução política para um impasse político. Nós podemos ir, como está querendo o Relator, até o fim. Vamos no processo obstrutivo. Podemos perder, podemos ganhar, podemos levar 50 dias ou levar 5 dias e um dia chegará ou não.

Eu coloquei duas alternativas de proposição para tentar resolver o impasse político. Eu sou um Democrata, e, como Democrata, gosto de me submeter sempre à votação da maioria e da minoria. Entendo inclusive que esta Comissão não tem, talvez, no parâmetro proporcional, aquilo que o Plenário tem com relação à matéria. Não tem, nós sabemos que não tem. Mas é do jogo, é da política, é legítimo.

Eu fiz duas propostas. Uma delas inclusive eu expressei em requerimento que eu vou, no momento apropriado, se chegarmos até lá, tentar votar o requerimento, que é a votação artigo por artigo. Por quê? Não para fazer obstrução, como eu estou fazendo legitimamente na discussão da ata, mas simplesmente para que a gente possa exercer a nossa opinião artigo por artigo, porque como não foi um projeto previamente conhecido, debatido e emendado, e sim um projeto construído segundo o entendimento do Relator, única e exclusivamente, por mais que ele seja democrata, tenha conversado, discutido e escutado todos, eu votando artigo por artigo — e aqui tem o meu compromisso de que é para votar mesmo, não é para criar qualquer tipo de obstrução, eu não me incomodo de varar madrugada aqui para votar, estarei presente o tempo inteiro, como eu sou presente em tudo aquilo que eu me propõe a fazer, então não é para obstruir, é para votar artigo por artigo — ou, alternativamente, votarmos os princípios: lista preordenada, sim ou não, financiamento público, sim ou não, por tipo de cargo, sim ou não. E, a partir daí, o projeto está construído em função desses dois pilares. Se esses dois pilares não



forem submetidos ao crivo da Comissão, nós vamos discutir um artigo que, por mais que eu diga que vou votar um projeto ressalvado o destaque, a lista preordenada está presente com um sem-número de destaques. Aí eu vou votar um destaque, vou tirar de um e permanece no outro. Tem construções do texto que estão feitas em função da lista ou em função do financiamento público que não são artigos que tratam disso. Então o que vai acontecer? Eu vou ter um projeto desvirtuado, se eu for me limitar aos destaques, por mais que o Relator tenha boa vontade e diga que podemos apresentar 200 destaques. Até porque pode mesmo, porque eu tenho um anteprojeto, que caberia um número de destaques por bancada, e como eu tenho cinco sugestões de PEC, caberia cada destaque de volume por bancada por cada sugestão de PEC. Então, se for por esse lado, pela bancada do PMDB nós poderíamos apresentar exatamente 24 destaques, e não quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Eduardo Cunha, o tempo de V.Exa...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - São 15 minutos, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Três minutos para discutir a ata. Foi esgotado, mas...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pois não. Eu teria outra ata para continuar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. pode dispor de mais 30 segundos para concluir.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu estou deixando uma proposta para que a gente possa fazer um acordo político para levar à votação, ou artigo por artigo ou inicialmente por tema macro. Eu me submeto à decisão da maioria, estarei aqui presente para votar e expressar a minha posição. Agora votar um relatório que é uma colcha de retalhos de cinco sugestões de PECs e um projeto enorme para ressalvar os destaques para discutir regimentalmente cada item de destaque ouvir o que vai sair depois, realmente aí eu prefiro ir para obstrução.

Era a posição que eu queria dizer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A ata continua em discussão.



O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Peço a minha inscrição após o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana. Logo a seguir, V.Exa., Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar os nossos colegas Parlamentares e também aproveitar a discussão da ata com o intuito de debater publicamente a proposta de acordo feita pelo Deputado Eduardo Cunha.

Primeiro, Presidente, quero tranquilizar os colegas que este relatório pode receber todas as críticas, pode ter evidentemente 100% de divergência com o Deputado Eduardo Cunha, mas ele não é uma colcha de retalhos. Ele é um relatório que tem coerência, começo, meio de fim, tem uma concepção sobre como mudar o sistema político brasileiro, cujo pilar fundamental que eu proponho, e poderei perder ou ganhar democraticamente na Comissão, é o financiamento público exclusivo. E a forma que está prevista a votação — eu tenho aqui, passei hoje toda a manhã com os consultores estudando regimentalmente como procede a votação —, nós temos aqui quase 50 destaques. Todos os destaques que estão aqui apresentados pelos partidos podem alterar 100% do conteúdo do relatório. Nós podemos terminar essa votação, esse relatório propõe o sistema de lista flexível com voto único para o cidadão eleitor, um sistema semelhante ao sistema belga, financiamento público exclusivo de campanha, dentre outras questões. Com os destaques que serão analisados na sequência regimental prevista, nós podemos terminar com o sistema de financiamento 100% privado, sem teto de gastos, e um sistema de votação totalmente diferente do proposto aqui. Há proposta para tudo. Há proposta que vai ser disputada na área das PECs, como, por exemplo, o distritão, que o PMDB defende, o distritão misto, que o PP também defende, o voto distrital, que o PSDB defende, além de outros — eu cito talvez o autor principal —, ou alternativas de votação, como a defendida pelo Deputado Alfredo Sirkis e pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, quanto à diminuição da circunscrição onde for fazer uma votação de caráter proporcional.

Este ordenamento prevê que cheguemos, Deputado Eduardo Cunha, a um resultado coerente ao final da votação. Se cair o art. 6º e permanecer o art. 5º — e



aí eu vou pedir a compreensão dos colegas, pois há 8 meses estou estudando cada linha escrita neste relatório —, nós teremos um sistema em que inclusive o limitador de doações, por exemplo, de empresas e pessoas físicas cairia, Deputado Esperidião Amin. Então, ao contrário, na sequência de votação dos destaques, ou ganha ou perde a tese do financiamento público. E, se ela perde, evidentemente abre um outro canal, que tem também coerência, conforme as emendas que foram feitas de forma coerente por todos os partidos que se agregaram a isso.

O Deputado Eduardo Cunha disse: *“A maioria da Comissão quer votar, isso está evidente. Eu converso no próprio PMDB e vejo que a maioria quer votar. Converso com cada colega e falam: ‘Vamos votar, vamos votar’.”* Então, qual é o apelo? Vamos votar, sem obstrução, e vamos ganhar ou perder cada um dos itens de destaque na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Relator...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Concluo, Presidente.

Nós sabemos que, se o Deputado Eduardo Cunha quiser fazer um processo obstrutivo pleno, como é legítimo e legal, conforme o Regimento, vamos passar provavelmente 15 horas para poder entrar no período de votação. Eu acho que o objetivo do Deputado Eduardo Cunha, que é disputar cada uma das ideias que estão aqui, está totalmente preservado quanto aos destaques que temos de avaliar.

Por isso apelo para não fazermos obstrução, a fim de que possamos discutir cada um dos destaques de cada bancada e de cada Parlamentar, inclusive, da minha parte, sem limite de número de destaques, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Sibá Machado para discutir a ata, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Inevitavelmente é o ponto levantado pelo Deputado Eduardo Cunha.

Sr. Presidente, dentro das minhas condições, tenho tentado acompanhar este debate. Claro que estamos diante de tentar oferecer à Nação o que há de melhor e o de mais novo para o aprimoramento do regime eleitoral brasileiro e principalmente para a sedimentação da nossa democracia e da nossa forma de comportamento diante da política nacional.



Fico preocupado porque as duas propostas apresentadas pelo Deputado Eduardo Cunha nos levam a entender que podemos extrair do texto o que pode ser considerado a razão, a espinha dorsal dele. S.Exa. estava naquele momento lá no Senado, quando foi apresentada a chamada minirreforma, que apenas retirou as canetas e as camisetas do sistema eleitoral, e não avançou em muita coisa.

Com relação a isso — não sei se esta é a opinião do conjunto da bancada do PMDB, do partido como um todo aqui na Câmara dos Deputados, ou se é uma opinião mais reservada, com todo direito do próprio Deputado —, acho que deveria haver, na minha opinião, uma conversa entre as duas bancadas, uma relação entre os dois partidos. O PMDB e o PT, inevitavelmente, podem colaborar, e muito, com muitas coisas, dada a nossa governabilidade hoje diante da Presidência da República, no ambiente do Congresso Nacional e em muitas realidades nos Estados e Municípios brasileiros.

Então, de nossa parte, falando um pouco pela nossa bancada, a grande preocupação é que este relatório não saia daqui apenas, como S.Exa. mesmo disse, uma colcha de retalhos.

Faço aqui o apelo para que possamos ter este entendimento ao procedermos à votação, evitando que nós tiremos de dentro do relatório a razão deste trabalho que está sendo feito e muito bem presidido por V.Exa.

Era essa a minha consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em discussão a ata.

Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Por incrível que pareça, eu, em um certo aspecto, concordo com o Deputado Eduardo Cunha, porque eu acho que isso não está nos encaminhando rumo a uma reforma política factível.

O que acontece? A complicação desse estilo de tramitação legislativa, somada ao fato desigual de que, para determinados caminhos, nós teríamos que seguir a legislação ordinária e, para determinados caminhos, nós teríamos que seguir uma reforma constitucional, prejudica muito a dinâmica da discussão, porque, de alguma forma, condiciona a uma facilitação das propostas do voto proporcional.

Penso que o relatório era melhor na sua acepção original. Ele era mais coerente. Penso que, da forma como ficou, ele é a quadratura do círculo. Insisto que



não é possível o financiamento público com o sistema atual. E o relatório mantém, na sua essência, o sistema atual.

Eu sou a favor do financiamento público de campanhas eleitorais, mas eu não vejo a menor viabilidade no financiamento público associado ao voto proporcional personalizado. Então, eu acho que nós nos metemos em um labirinto.

Nesse sentido, eu até concordo com o Deputado Eduardo Cunha na seguinte questão: nós estamos em um impasse de natureza política e deveremos politicamente negociar, inicialmente, qual é o sistema eleitoral que nós queremos. Temos que chegar realmente a um acordo político, que eu não acho que seja nada do arco-da-velha.

Vejam bem o que defendem os dois grandes partidos majoritários que nós temos aqui na Casa. Temos, por um lado, o PT, que defende, na sua origem — sabemos que a grande maioria do PT concorda com essa posição —, o voto proporcional por lista fechada. Temos, por outro lado, o PMDB, que defende o exato contrário disso, que é o chamado “distritão”, que é o voto majoritário em circunscrição estadual única. Então, essas duas posições são um ponto de partida.

Eu, pessoalmente, venho defendendo aqui, a cada reunião, aquilo que eu acho que é um acordo possível entre essas duas posições majoritárias na Casa. Defendo um voto distrital misto, com a variável de, em vez de termos, na sua componente majoritária, um único distrito no Estado, dividirmos o Estado em alguns poucos grandes distritos. Assim, atenderíamos a uma das aspirações dos defensores do voto distrital, que são muitos e poderiam ser trazidos para essa proposta, que é aquela ideia de proximidade, uma proximidade do eleitor em relação aos seus eleitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Sirkis...

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Já vou concluir. Mas essa é uma negociação eminentemente política, que precede a construção legislativa. Nesse sentido, eu acho que, de fato, deveríamos refletir um pouco mais em relação à metodologia que nós adotamos para encaminhar isso, porque corremos o risco de criar um Frankenstein.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida, para discutir a ata, por 3 minutos.



O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, eu estou aqui fazendo um esforço...

(Não identificado) - Tudo menos discutir a ata.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - ...de conclamar os pares para votarmos a ata. Não há divergência sobre a ata. No entanto, como na discussão da ata foram levantadas questões de mérito e de procedimento para o funcionamento desta Comissão, Sr. Presidente, eu quero dizer que estou pronto para votar o relatório e quero saudar o esforço do Relator, que tem trabalhado de forma incansável, tem procurado ouvir e levar em conta as diversas manifestações desta Comissão e da sociedade em torno do tema. Todos nós sabemos a dificuldade que temos de produzir uma proposta, e essa é apenas uma proposta.

Jamais devemos imaginar que vamos encontrar algo ideal ou algo que tenha consenso, jamais. Qual é o método, então, mais adequado para deliberar sobre a questão? Esse é o debate que estamos fazendo aqui. Que procedimentos vamos adotar para concluirmos o trabalho desta Comissão com alguma deliberação.

Penso que o mecanismo proposto aqui, que é regimental, de votarmos ressaltando os destaques, preserva de forma absoluta as condições de alterarmos completamente o relatório. Todas as teses que foram levantadas aqui a respeito da lista pré-ordenada, de financiamento público ou não, de voto distrital, tudo isso pode ser feito no momento adequado, em torno dos destaques que serão apresentados.

Portanto, o meu apelo é que votemos a ata e passemos a discutir no sentido de deliberar sobre o relatório, tão bem construído pelo Relator. Temos nossas posições de mérito, mas queremos apresentá-las no momento oportuno. Quero concordar com o encaminhamento feito pelo Relator, no sentido de votarmos o relatório preservando os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Continuando a discussão da ata, com a palavra o nobre Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, em primeiro lugar quero dizer que esta não é a ata mais controversa que vi nesta sessão legislativa. Na Comissão de Constituição e Justiça, quando foi votada a PEC 215, há uma semana, o Partido dos Trabalhadores protagonizou uma das mais espetaculares exibições de ata que já vi.



O Deputado Ricardo Berzoini, que nos abandonou momentaneamente, talvez porque imaginou que eu pudesse falar sobre isso, designou o ex-Líder do PT, meu querido amigo Paulo Teixeira, para ler a ata. A primeira professora do meu querido amigo Paulo Teixeira deve ter se envergonhado, porque ele soletrou a ata. *(Risos.)* E gaguejou.

Já fiz essa brincadeira quando era pequeno, e quase apanhei do meu professor de francês, o saudoso amigo Mario Bonessi. O Deputado Edinho não fez nada disso. Ele até poderia, solidário ao Deputado Eduardo Cunha, também soletrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E não porque não soubesse ler.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Em ambos os casos. Pelo contrário, o Deputado Paulo Teixeira, quando queria apressar a votação, como Líder do PT, fazia maravilhas de Jesus, e nunca foi acusado de ter pouco tato ou não ter tato, como já aconteceu com o atual Líder.

Então, a primeira proeza é uma proeza modesta. A segunda, que quero traduzir também com uma palavra de profundo respeito à Comissão como um todo, a V.Exa., como Presidente, e ao Relator, é que não tenho dúvidas de ter sido o Relator muito paciente. Exercitou aqui, com muita magnanimidade, o bom ouvir. Mas quero dizer o seguinte: ele não cedeu em nada. *(Intervenções simultâneas inaudíveis.)*

Estou com a palavra. O senhor vai ter muito tempo para falar.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas o referendo de V.Exa. está no relatório, Deputado Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O referendo que V.Exa. aceitou.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso, no relatório, sem destaque inclusive.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O que V.Exa. aceitou.

Vou ter que dizer aqui que fui cooptado. *(Risos.)* Fui cooptado porque defendo o financiamento público, e sei que o povo é contra isso hoje, sei que é contra. Mas acho que vale a pena a aventura, em nome do futuro da nossa democracia, de se disputar, comunicando o que é financiamento público. Eu dizia isto para o meu



amigo Deputado Marcelo: *“quero ver você defender o financiamento privado”*. Mas essa é outra questão, uma questão de mérito.

Terei grande prazer, e vou me sentir realizado, em defender o financiamento público, e quero ver quem vai defender o financiamento privado em uma campanha para isso.

(Não identificado) - Só o Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Pois é. Quero ver. Cada argumento que ele proferir vai me dar 18 argumentos. Mas isso é um. Como se diz na linguagem canônica, isso é uma antevisão do paraíso ou do inferno. Não quero entrar no mérito.

O Deputado Henrique Fontana concordou com o referendo em causa própria.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Porque eu quero fazer essa campanha também.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Exatamente. Como uma cooptação, no melhor sentido da palavra: cooptação para uma causa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Esperidião Amin...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Concluindo, quero dizer o seguinte: colcha de retalhos mesmo nós tivemos quando foi votada a Constituição, porque aprovamos coisas inerentes ao parlamentarismo e, depois, aprovamos o presidencialismo.

Então, nós corremos esse risco, sim. Mas só correremos esse risco em um caso, Deputado Henrique Fontana: se não for adotado nenhum mecanismo de ordenamento de candidatura e financiamento público, porque teremos mais uma jabuticaba brasileira. Aliás, só pode ser brasileira. Se aprovarmos uma coisa e não aprovarmos a outra, vamos ter uma jabuticaba. Se é ruim, completamente ruim ou parcialmente ruim, não sei. Mas, fora isso, fora esse aspecto, o sistema de votação que o Deputado Eduardo Cunha propõe não nos impõe o risco de aprovarmos aqui uma colcha de retalhos.

Então, eu admitiria o seguinte: podemos colocar aqui, em juízo, com uma condicionante, a votação como propõe o Deputado Eduardo Cunha. Se passarem os artigos do sistema eleitoral, que são o 2º e o 4º, com alguma forma de ordenamento, o que até o distrital misto permite...



O distrital misto não era o que o meu partido queria. Foi uma concessão que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Esperidião Amin...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Mas ele está examinando lá.

Se o 2º e o 4º forem aprovados, acho que o 5º e o 6º podem até ser descartados, dependendo do que venha a ser aprovado como sistema eleitoral. É o que coloco.

Portanto, a proposta do Eduardo Cunha eu vejo com muita simpatia, desde que resguardemos essa possível colisão atômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Para discutir, o último inscrito é o Deputado Reguffe, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Ah, aprovo a ata. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Para discutir a ata, concedo 3 minutos a V.Exa.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, o sentimento que tenho hoje, que deveria ser um sentimento de felicidade, está dominado pela tristeza dentro de mim. Sentimento de felicidade por estar participando de um debate nesta Casa sobre um tema tão importante, que é a reforma política. Em minha opinião, este País precisa passar por uma reforma política profunda, porque o sistema que aí está não atende a democracia que, pelo menos eu, sonho para este País. Mas o sentimento é de tristeza, porque, infelizmente, não vejo que a discussão esteja indo para uma mudança realmente radical desse sistema.

Essa reforma é basilar, e é importante que ela seja feita como base de tudo o que virá em termos de mudança do nosso sistema político. E ela não está, em minha opinião, tocando em alguns pontos que ela deveria tocar, pontos esses que reformariam de maneira radical o nosso sistema, fazendo com que muitas pessoas que hoje não acreditam em política pudessem se interessar ou, pelo menos, ter uma melhor percepção sobre a política no seu sentido maior.

Então, Sr. Presidente, quero apenas fazer esse registro e dizer que, primeiro, apresentei sete propostas ao Relator, e nenhuma das sete foi acatada no relatório.



Então, apresentei sete emendas e, agora, apresentei sete destaques individuais para essas sete emendas.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Ele ouviu todas com muita atenção.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Com toda a atenção, educação e delicadeza que é pertinente ao Relator, mas sem ceder em um milímetro.

A minha sugestão é de que comecemos a votar, porque aqui estamos em uma discussão se será artigo por artigo ou se será destaque por destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Reguffe...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Tanto um quanto outro vai levar essa votação a se arrastar por horas, até porque temos muitos destaques e artigos. Na minha opinião, não há problema em que se vote artigo por artigo. Eu acho até que ajudaria a detalhar o voto de cada um se pudéssemos debater com profundidade cada um dos temas dessa chamada reforma política, porque inclusive há alguns temas com os quais eu concordo e outros com os quais eu discordo frontalmente.

É esse o apelo que faço a V.Exa. Vamos começar a votar, e que seja preservado, conforme foi dito anteriormente, o direito de cada Parlamentar de ter seus destaques debatidos individualmente, um por um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – Srs. Deputados, a ata não pode ser objeto de não aprovação. A ata pode ser objeto de retificação. Como nenhuma proposta nesse sentido se fez, de retificação, eu a submeto...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, ela tem que ser votada. Eu pedi registro de encaminhamento de votação, que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – O encaminhamento é apenas para...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Para encaminhar a minha posição, se voto contra ou a favor. Não é orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – Apenas quero deixar claro aqui que não temos evidentemente nenhuma questão em deliberação, pois não foi proposta nenhuma retificação, apenas a votação da ata como um todo. Não sei se caberia esse encaminhamento, mas, para que não haja prejuízo, um encaminha favoravelmente e outro encaminha contrariamente.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Deputado, a ata tem que ser votada. Cabe inclusive verificação de votação. Eu quero encaminhar contrariamente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, uma questão de ordem, com licença do Deputado Eduardo Cunha. É uma coisa que veio agora à minha cabeça. Se vai ser votada, ela pode ser aprovada ou rejeitada, *in totum*. Não precisa haver proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – Mas não há nenhuma proposta de retificação da ata.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Pode-se votar contra e designar-se alguém para redigir a ata depois. É o vencedor. Se não, não precisa ser votada. Ela só pode ser votada para ser aprovada? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – Eu concordo. Diante da ausência de hermenêutica melhor, eu acho que a posição de V.Exa. está correta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Isso não é nem questão de hermenêutica, Sr. Presidente, é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha. E se ela for rejeitada conforme o voto do Deputado Eduardo Cunha, vou sugerir que ele redija a ata.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Com o maior prazer. Vou levar uns 30 dias. (*Risos.*)

Mas, Sr. Presidente, eu queria fazer o encaminhamento aproveitando esse pouco tempo. O relator usou um argumento para rejeitar a minha proposta que mostra o quanto o argumento dele de votar o destaque é absolutamente igual. Quando ele diz que se votar o art. 5º e perder o art. 5º e valer o art. 6º fica uma colcha maluca, se eu fizer um destaque do art. 5º e o destaque for aprovado e o destaque do art. 6º não o for, também vai ficar a mesma coisa. Obviamente, nós estamos falando a mesma coisa. A votação artigo por artigo dá a possibilidade de expressarmos a nossa real vontade, até porque temos que pensar que isso vai para o plenário. Quando chegar ao plenário, é o texto que sair daqui que vai. Lá haverá limitação regimental de emenda, limitação de colocação pela forma regimental; poderá não ter a boa vontade do relator, e V.Exa., aqui, está tendo para fazer um sem número de destaques e debates.



Então, eu tenho que me prevenir de que o que vai sair daqui vai ser objeto de problema no plenário. Ou eu corrijo aqui ou a discussão lá vai ser absurda. Essa é a razão pela qual estamos propondo uma metodologia que expresse a vontade da comissão.

Eu fiz duas propostas: ou por artigo ou por tema, como o próprio Deputado Sirkis falou aqui agora. Eu não tenho nenhum problema. Não estou querendo fugir da votação nem do debate, não quero simplesmente fazer obstrução por obstrução. O que eu estou querendo é ter a possibilidade de me expressar. Usar o argumento de que para mim o chicote vale e para outra tese o chicote não existe é absolutamente inverossímil.

E quanto às PECs, não precisa nem fazer sugestão, porque é preciso colher assinaturas, e qualquer Parlamentar pode colocar uma pessoa no corredor para colher as 171 assinaturas com qualquer das cinco sugestões que estão aí. Não vale nada. O que vale aqui é o texto do plenário. Esse é o que vale, é o que vai ser numerado e encaminhado para o plenário como está aí. O resto é para enganar aqueles que acham que estão sendo atendidos na proposta de parecer. É história da carochinha. Então, encaminho contrariamente à ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – Para se contrapor, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Ele não pode, Sr. Presidente. Ele é o relator. Eu queria me contrapor. Ele pode até dar o seu parecer, mas ele é relator na comissão. A ata faz parte dos trabalhos da comissão. Nós estamos aqui com uma série de pequenas questões, como disse o Deputado Eduardo Cunha, que daqui a pouco deságuam no plenário. Agora, se o relator pode se contrapor a um posicionamento sobre a ata, e é claro que esse posicionamento aqui tem objetivo de obstrução, ele perde aquele equilíbrio que deve ter o relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – Com a palavra V.Exa. para encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Eu vou contraditar o que disse o Eduardo Cunha com o mesmo objetivo de tentar votar de maneira mais clara o projeto. Eu recebi uma explicação da secretaria da Mesa na semana passada, e V.Exa. estava perto, Deputado Eduardo Cunha, que a mim de certa maneira



satisfaz, porque quando se destaca, ou pede-se para votar por assunto, e trata-se o assunto pelo artigo do projeto e não pelo dispositivo que está sendo alterado naquele artigo do projeto, está-se falando de uma matéria votada em globo quase que tematicamente. Eu acho que isso satisfaz. Eu não concordo com a técnica legislativa usada pelo relator. No meu ponto de vista, fere a Lei Complementar nº 95 quando não discrimina exatamente do que está tratando esse projeto, não diz que está instituindo o voto em lista. O voto em lista é extraído da combinação de dispositivos. De uma leitura sistemática do projeto é que se percebe um conjunto de coisas.

Porém, a votação, dessa maneira como foi orientada pela secretaria, penso que satisfaz o seu objetivo e satisfaz também o de todos aqueles que querem uma votação clara, a clareza do que se está trabalhando.

Numa outra conversa com o Deputado Esperidião Amin, ele me manifestou uma preocupação desse tipo também. É claro que quando um dispositivo do projeto — e aí entra até a prejudicialidade e tudo mais, se for aprovada uma coisa ou rejeitada, prejudica daqui ou não dali. Mas às vezes pode haver em tese um dispositivo autônomo que não tenha outra correlação, não tenha nada, não tenha nenhuma correlação com qualquer outro. Esse pode ser votado em separado, sozinho.

Se nós chegarmos a esse entendimento, aí poderemos fazer desaparecer o mecanismo de obstrução, que aliás eu não praticarei, e chegaremos a bom termo; conta-se os votos, quem tiver mais votos ganha, quem tiver menos votos perde. Agora, indo por assunto, acho que nós não vamos nos perder no caminho; saímos daquela aritmética de dois destaques cada um e damos um tratamento político a essa discussão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Eu estou concedendo um aparte porque eu achei interessante. Se V.Exa. permitir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – Depois V.Exa. conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS – Eu acho que de fato nós temos a vantagem de votar por tema. E por outro lado nós deveríamos, em votando por



tema, nesse momento, para efeito desse momento de votação, ignorar se é PEC ou legislação ordinária. Porque se não, de fato, acaba-se favorecendo certas opções e prejudicando outras. O mandato que nós recebemos ao formar essa comissão da reforma política não foi o mandato de aprovar essa reforma política por legislação ordinária; foi aprovar uma reforma política.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Percebi isso aqui e, no meu ponto de vista — não estou lhe retirando o aparte, não, mas é que eu tenho que concluir — acho que estamos chegando a uma coisa interessante, porque a proposta que o Deputado Sirkis quer defender depende de PEC. Se tratar de PEC ou de não PEC, ele já entra em absoluta desvantagem. Num debate político, debatendo tematicamente, e depois tomando a providência constitucional ou regimental que deve ser tomada, aí acho que trabalharemos no plano da igualdade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Senhores, teremos ainda outra ata para discutir, mas antes de submetê-la à deliberação, desejo ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, primeiro, pondero com os colegas que o tema de que alguns temas demandam PEC para serem modificados e que outros podem ser modificados por projeto de lei fazem parte do tecido institucional do País. E isso, evidentemente, trata-se de uma preservação que o Constituinte e quem escreveu a nossa Constituição até hoje fizeram para que algumas questões devam ter uma força maior para permanecer, terem mais perenidade. Portanto, exigem inclusive uma maioria diferenciada para serem modificadas.

Por exemplo, quando este Relator reconhece esse limite, está reconhecendo, publicamente, que qualquer um de nós que tenha desejo de fazer uma mudança no sistema eleitoral brasileiro que demande uma PEC tem dificuldades políticas de constituir os 308 votos necessários no Plenário para aprovar esta modificação.

Quando, por exemplo, eu também abro mão de uma posição originária que o meu partido tem, de muitos anos, que é a defesa da lista fechada — que, aliás, foi feita aqui pelo Deputado Ronaldo Caiado e pelos Democratas —, é porque reconheço que a correlação de forças na política indica que essa proposta não será



aprovada. Por isso, nós fomos migrando e constituindo um relatório, levando em conta essa ponderação da possibilidade de aprovação ou não.

Qual é a diferença, na minha opinião, de votarmos aquilo que determina um regimento a partir de destaques ou artigo por artigo? É que, quando se vota artigo por artigo, nós poderíamos cair na seguinte situação: poderia haver uma determinada votação que simplesmente tivesse a preocupação de derrotar uma proposta, não deixando claro que isso significaria a manutenção do atual sistema político brasileiro.

Por exemplo, se a proposta que está posta e colocada como alternativa pelo Relator, de financiamento público, fosse votada em votação preliminar, “sim” ou “não”. No voto “não” poderão estar pessoas que querem outro tipo de financiamento, o misto, por exemplo, ou pessoas que querem o financiamento 100% privado; pessoas que querem teto para o gasto; pessoas que não querem teto para o gasto. Então, haveria uma mistura de posições que se somariam para derrotar, eventualmente, uma proposta constituída de financiamento público.

Ao contrário, quando a votação se der de acordo com os destaques, entrarão propostas alternativas para ocupar o espaço de uma eventual proposta derrotada. E também poderá haver o tipo de votação que seja, simplesmente, derrotar para continuar como está. Mas isso vai ficar claro perante a compreensão de todos os Deputados e da sociedade, evidentemente, que está aqui acompanhando o nosso processo de votação.

Quando se faz um DVS, por exemplo, que retira do texto, totalmente, todo o sistema eleitoral que eu, como Relator, estou propondo. Se aquele DVS for vitorioso, significa que está derrotado o sistema de votação que eu estou propondo. Poderá outro sistema conseguir maioria, ganhar e entrar para substituir esse tema. Mas também poderá — e aí cada Parlamentar vai fazer esse perfil, esse cálculo —, eventualmente, não entrar nada no lugar, e nós dizermos: *“A política brasileira, por vontade da maioria, continua exatamente como está”*.

Por isso, depois de muito estudar, trabalhar com a consultoria, compreender a forma de votação... por quê? Porque, nos destaques, aqueles que dependem de PL, por exemplo, que é o destaque do Deputado Alfredo Sirkis e do Deputado do PSDB,



Antonio Carlos Mendes Thame, serão votados. Se eles forem maioria na Comissão, automaticamente, está derrotada a proposta que eu fiz.

Se uma proposta de financiamento misto for aprovada, automaticamente, substitui parte da proposta de financiamento público que está feita aqui por mim. E os demais destaques são destaques aditivos que podem vencer ou não.

O voto ponto por ponto foi feito parcialmente, testado pelo Senado. O Senado votou teses. Lá venceu a tese, por exemplo, do financiamento público, mas ela não se conformou em um projeto de lei real para poder tramitar, seguir, ser aprovada no Plenário e, eventualmente, ser implementada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Relator...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Então, isso seria como se nós, 1 ano após — e encerro, Sr. Presidente — zerássemos todo o debate que foi feito, fizéssemos a discussão de teses e, a seguir, colocássemos o Relator para trabalhar para redigir aquilo que é uma tese.

Eu prefiro fazer a disputa no voto. E aquilo que ganhar vai ser o que vai prosperar da Comissão, inclusive sobre as PECs.

Como diz o Deputado Eduardo Cunha, as PECs sairão daqui e terão que passar por todo o trâmite, isso é verdadeiro, mas sairão daqui aprovadas ou não por uma Comissão Especial, o que lhes dá uma força política diferenciada. Aliás, não há outra maneira regimental.

Isso está atendendo inclusive à demanda que, se não me engano, V.Exa. fez no início dos trabalhos dizendo que a PEC tinha de seguir esse rumo, depois que vencemos a hipótese de termos a Comissão em conjunto...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Se V.Exa. atendesse a minha demanda no início, já teria resolvido o problema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima)- Deputado Eduardo e Deputado...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nós tentamos atender...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu pedi para construir uma Comissão Especial, uma PEC, para sair o texto para o Plenário. Foi o que eu pedi.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Nós tentamos atender, mas nós não conseguimos viabilizar, porque houve contestação. A partir dali, nós temos a PEC que tem que tramitar pela via normal de tramitação da PEC.

Agora, eu acho que a votação das teses...

Por exemplo, se nós queremos ter coincidência de eleições, tem que ser aprovado ou não na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Henrique Fontana...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E concluo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vamos deixar para a fase seguinte, da outra ata...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - ... a coincidência de eleições, se for aprovada aqui, vai tramitar com a força de ter sido aprovada aqui. Portanto, com muito mais chance de ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em votação a ata da 38ª reunião ordinária realizada no último dia 14 de março.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

(Não Identificado)- Verificação, Sr. Presidente.

(Não Identificado) - Conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a colaboração do ilustre Vice-Presidente, Deputado Edinho Araújo...

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Lista de chamada para votação.

Titulares: Deputada Erika Kokay. (Pausa.) Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - "Sim".

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - "Sim".

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Deputado José Guimarães. (Pausa.)

Deputado Ricardo Berzoini. (Pausa.)

Deputado Rubens Otoni. (Pausa.)

Deputado Waldenor Pereira. (Pausa.)



O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - “Sim”.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - PMDB: Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - “Sim”.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Edinho Araújo: “Sim”.

Mauro Benevides. *(Pausa.)*

Newton Cardoso. *(Pausa.)*

PSDB: Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Eduardo Azeredo. *(Pausa.)*

Marcus Pestana. *(Pausa.)*

William Dib. *(Pausa.)*⁶

PP: Deputado Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Deputado José Otávio Germano. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Maluf. *(Pausa.)*

Simão Sessim. *(Pausa.)*

DEM: Deputado Augusto Coutinho. *(Pausa.)*

Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)*

Deputado Ronaldo Caiado. *(Pausa.)*

PR: Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*

Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)* “Sim”.

Deputado Vicente Arruda. *(Pausa.)*

PSB: Cabo Juliano Rabelo. *(Pausa.)*

Luiza Erundina. *(Pausa.)*

PDT: Miro Teixeira. *(Pausa.)*

Reguffe. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO REGUFFE - “Sim”.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Bloco Parlamentar PV/PPS:
Deputado Alfredo Sirkis *(Pausa.)*

Almeida Lima. *(Pausa.)*

Sandro Alex. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - “Sim”.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - PTB: Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*



Jovair Arantes. *(Pausa).*

PSC: Carlos Eduardo Cadoca. *(Pausa.)*

PCdoB: Daniel Almeida. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - “Sim”.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - PRB: Vitor Paulo. *(Pausa.)*

PMN: Fábio Faria. *(Pausa.)*

PSOL: Ivan

PRB:

Deputado Vitor Paulo. *(Pausa.)*

PMN:

Deputado Fábio Faria. *(Pausa.)*

PSOL:

Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Deputado José Guimarães. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - “Sim”.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Deputado William Dib. *(Pausa.)*

Deputado William Dib, é a ata.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - “Sim”.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Deputado Bohn Gass. *(Pausa.)*

Estou chamando agora os suplentes.

Deputado Rubens Otoni. *(Pausa.)*

Tem uma... Rubens, Bohn Gass... Dalva figueiredo.

Suplentes do PT:

Deputado Fernando Ferro. *(Pausa.)*

Deputada Luci Choinacki. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Sibá Machado. *(Pausa.)*

Deputado Vicente Candido. *(Pausa.)*

PMDB:

Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)*

Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - “Não”.



O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Deputada Íris de Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - “Sim”.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Deputado Professor Setimo. *(Pausa.)*

Deputado Raul Henry. *(Pausa.)*

Deputado Alfredo Kaefer. *(Pausa.)*

Deputado Bonifácio de Andrada. *(Pausa.)*

Deputado Marcio Bittar. *(Pausa.)*

Deputado Romero Rodrigues. *(Pausa.)*

PP:

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*

Roberto Balestra. *(Pausa.)*

DEM.

Suplentes:

Felipe Maia. *(Pausa.)*

Mendonça Filho. *(Pausa.)*

Eleuses Paiva. *(Pausa.)*

Onofre Santo Agostini. *(Pausa.)*

PR:

Suplentes:

Maurício Quintella Lessa. *(Pausa.)*

Felipe Bornier. *(Pausa.)*

PSB:

Suplentes:

Pastor Eurico. *(Pausa.)*

Valadares Filho. *(Pausa.)*

Jefferson Campos. *(Pausa.)*

PDT. Já votaram.

PTB:

Eros Biondini. *(Pausa.)*

Paes Landim. *(Pausa.)*

PSC.



Edmar Arruda. *(Pausa.)*

PRB.

George Hilton. *(Pausa.)*

PMN.

Dr. Carlos Alberto. *(Pausa.)*

PTdoB:

Lourival Mendes. *(Pausa.)*

PSO: Não há suplentes.

Está feita a chamada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE *(Deputado Almeida Lima)* - Consulto a secretária da Mesa para a verificação de *quorum* e deliberação. *(Pausa.)*

Sras e Srs. Deputados, não há número para deliberar a ata.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V. Exa. declare a reunião encerrada.

O SR. PRESIDENTE *(Deputado Almeida Lima)* - Não tenho número para deliberar, mas tenho número para discutir.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE *(Deputado Almeida Lima)* - Então, concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V. Exa tem que proclamar o resultado. E a votação, não há número para deliberar, a reunião está encerrada. V.Exa. tem que encerrar a reunião.

O SR. PRESIDENTE *(Deputado Almeida Lima)* - Analisarei o requerimento de V.Exa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Primeiro, eu quero que V.Exa. proclame o resultado. Antes de qualquer coisa, quero que V.Exa. proclame o resultado!

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Penso que esse impasse deve nos levar a refletir sobre como devemos prosseguir e eventualmente fazer certas correções de rumo.



De fato, eu recomendo muito fortemente que nós façamos essa votação por tema da seguinte maneira: primeiro lugar, o sistema eleitoral. Faríamos uma votação em dois turnos a respeito de uma definição genérica de sistema eleitoral proporcional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputado Alfredo Sirkis, por gentileza, eu preciso que V.Exa. se restrinja à questão pela ordem para a matéria que eu preciso deliberar, porque vou deliberar acerca do requerimento do Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ou seja, à questão deste momento. Nós temos que nos prender a essa questão porque eu não darei a palavra a mais ninguém antes dessa deliberação.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O pedido pela ordem foi para encaminhamento dessa questão da ata. Por gentileza!

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Eu não concluí. Justamente, V.Exa. vai perceber, no final, que a minha questão de ordem vai exatamente no sentido colocado por V.Exa.

Nós faríamos primeiro, em dois turnos, uma escolha genérica do sistema eleitoral. Em seguida, faríamos, também em dois turnos, dentro de cada sistema eleitoral, as várias propostas que existem. Depois, avançaríamos para os outros temas, porque todos eles estão profundamente vinculados ao sistema eleitoral, porque de fato — peço que prestem atenção, porque é uma proposta que eu considero que pode sanar o nosso impasse — o financiamento depende do sistema eleitoral. O financiamento público, em determinado sistema eleitoral, é viável, e em outro não é.

Então, com base nisso tudo, Sr. Relator, eu queria fazer a seguinte observação, antes de concluir, para mostrar por que essa questão de ordem atende ao que o Presidente falou. Se nós, meu querido Deputado Henrique Fontana, já admitimos que vamos submeter tudo o que concluirmos aqui a referendo, por que não admitir que temos que fazer por PEC também? Se colocamos à altura de um referendo em que a população inteira é consultada — esse é o máximo de consulta



que pode haver —, por que não admitir também o máximo de consulta que pode haver dentro do Parlamento?

Para concluir, proponho, Sr. Presidente, que nós suspendamos a sessão e continuemos os nossos trabalhos informalmente com uma discussão política que possa nos apontar os rumos para um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, diante do perfil do início desta sessão, a Presidência, de forma diferente das sessões anteriores, vai cumprir o Regimento. Portanto, declara prejudicada a deliberação da ata lida, debatida e encaminhada exatamente por falta de *quorum*. Falta de *quorum* para deliberação de ata não quer dizer falta de *quorum* para continuidade dos trabalhos. A sessão continua. Passarei à leitura da segunda ata.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. está permitindo que a deliberação da ata seja interrompida por falta de *quorum*? V.Exa. não pode prosseguir com matérias que vão ser discutidas porque V.Exa. sequer entrou na Ordem do Dia! A discussão de suspensão por votação de requerimento para continuidade de discussão pressupõe entrada na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Embora V.Exa. não tenha feito a indicação de dispositivo que fundamenta a sua questão de ordem, eu devo dizer que há precedente em julgamento da Questão de Ordem nº 419, que diz que *“o Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre as agências reguladoras, dispensou a leitura da ata, que foi considerada aprovada, e, ao ser pedida verificação de votação, ficou constatada ausência de quorum. Informa que o Presidente invalidou a votação e iniciou a reunião, passando às fases seguintes”*. Portanto, essa é a decisão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas essa decisão é completamente diferente. Aí está dizendo que ele validou a votação e houve algum outro fator que não a falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Há falta exatamente de *quorum*.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Essa questão de ordem em que ele valida a votação com falta de *quorum* inexistente nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, essa é a decisão da Presidência contra a qual, se o Regimento permitir, caberá recurso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. vai levar a segunda ata à votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vou fazer a leitura da segunda ata e submetê-la a discussão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. vai levá-la à votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com qualquer número, eu submeto à leitura da ata, porque, havendo número regimental para a abertura da sessão — e há número regimental para a sessão transcorrer normalmente —, nós faremos a sessão.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Minha questão é outra: V.Exa. vai ler e levar à votação a segunda ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Levar à votação é fase posterior. No momento da deliberação, a Presidência se manifestará.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A minha questão é se V.Exa... V.Exa. já teve uma deliberação por falta de *quorum* e vai levar à outra deliberação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A votação da última ata foi declarada prejudicada. Farei agora a leitura da ata da sessão seguinte.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Uma questão de ordem sobre a primeira votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A primeira votação já foi considerada matéria vencida, prejudicada e perempta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu vou recorrer ao plenário.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, uma questão de ordem também.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu vou recorrer ao plenário da decisão de V.Exa.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Para que não se repita na próxima, então, Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O fato de V.Exa. não esclarecer se vai ou não submeter à votação qualquer outro item é um precedente perigoso. A decisão de leitura é uma decisão; a decisão de submeter à votação é outra. Estou questionando a V.Exa. se vai proceder a qualquer votação de qualquer outro item nesta reunião cuja primeira votação foi declarada prejudicada por ausência de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Depende do momento e da circunstância em que estiver na ata.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - No momento, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Na sessão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - No plenário, não existe de um requerimento ser votado por falta de *quorum* e, em seguida, outra matéria ser levada à votação. Isso não existe! Não existe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Eduardo Cunha, o momento em que...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Vou imediatamente fazer uma questão de ordem ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O momento em que nós nos encontramos...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. está desrespeitando o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O momento em que nós nos encontramos não era o momento da Ordem do Dia. Portanto, passo à leitura da ata da 39ª...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu vou preferir, então, me retirar e ir para o plenário fazer a questão de ordem, porque V.Exa. está perdendo, além da condição política da discussão da reunião, o respeito pelo Regimento.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Para tentar colaborar, vamos retirar.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Reguffe pede uma questão de ordem. Por gentileza, faça a citação do dispositivo regimental. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO REGUFFE - (Falha no microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A sonoplastia tem que colaborar. Eu já liberei.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, art. 95 do Regimento Interno. Agora, eu só queria saber por que o senhor não questiona também os outros Parlamentares. Quando eles pedem questão de ordem, V.Exa. não lhes pede para citarem o artigo.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Aliás, essa é uma outra questão de ordem.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Essa é uma discriminação com este Parlamentar. A minha questão se refere ao art. 95 do Regimento Interno.

Sr. Presidente, o Deputado Alfredo Sirkis fez uma questão de ordem que não foi respondida e eu acho que V.Exa. poderia responder a ela, até porque sistema eleitoral colocou algo pertinente. Acho que a solução para esse impasse talvez seja votarmos tema por tema. Então, eu queria fazer esse apelo a V.Exa. e também ao Relator, porque eu penso que talvez esse seja o caminho para que possamos avançar e votar, que é o que todos esperamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. faz um apelo ou uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Eu faço uma questão de ordem para que V.Exa. responda à questão de ordem do Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A questão de ordem do Deputado Alfredo Sirkis será respondida na oportunidade...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - E também faço um apelo para que esta questão de ordem seja levada em consideração, porque eu acho que talvez seja a saída para esse impasse, digamos assim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A questão de ordem do Deputado Alfredo Sirkis está sendo considerada e será deliberada pela Presidência no momento oportuno.

Passo à leitura da ata da 39ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de março de 2012.

Devo lembrar a V.Exas. que nós não iniciamos a Ordem do Dia. Não há motivo para derrubar a sessão se não iniciamos a Ordem do Dia, e eu tenho número para instalar a sessão! Por gentileza! Novato aqui sou apenas eu, e não V.Exas.!

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, concordando com V.Exa. sobre o novato, V.Exa. me permite a palavra para colaborar? Nós estamos discutindo a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Precisamos relaxar um pouco. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Relaxar um pouco e respirar. Estávamos indo tão bem... Não quero atrapalhar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deixe-me fazer a leitura da ata e, em seguida, passo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É o seguinte, Sr. Presidente: eu não entendi direito... Não havendo a aprovação ou deliberação da ata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ela será submetida tão logo haja *quorum*. Eu irei submetê-la.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Pois é, mas acontece... Pode ser um ato conexo. A segunda ata, essa aí, pode ter alguma conexão com a anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vamos fazer a leitura e analisar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - (*Risos.*) É uma discussão quase que em tese, porque não foi lida a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Como houve a dispensa da leitura da outra ata, para podermos comparar as duas atas, nós teríamos que ter lido a primeira. Se não, nós vamos cair num processo muito complicado. Estou tentando colaborar para restabelecermos aquele ambiente que tínhamos até agora em que



podíamos expor as nossas divergências e avançar. Chegamos a um ponto que a minha impressão é de que não vamos avançar se começar o cabo de guerra. Nós estamos discutindo o procedimento do procedimento — e não é nem o procedimento. Imaginem no mérito o rolo que vai dar!

Como V.Exa. é muito acostumado a desatar nós, eu acho que o melhor caminho... Acho que não assiste razão a V.Exa. Não foi anunciada Ordem do Dia. A Ordem do Dia é que é encerrada com a falta de *quorum*.

Como nós temos que deliberar sobre a ata, não tendo havido *quorum*, não podemos deliberar. Não podemos deliberar! É como se houvesse sobre a mesa um requerimento qualquer de adiamento da discussão ou coisa parecida. Pode haver discussão e tudo o mais. Se houver algum requerimento que haja necessidade de votação, tem que ter *quorum* — e não houve esse *quorum* que permitisse a deliberação próxima, que é essa. Imagine V.Exa. se nós estivéssemos num ambiente que não fosse este, fraterno, e eu dissesse “*olha, companheiros, os que não concordam com isso saiam*”, nós não conseguiríamos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Miro Teixeira...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, tem início a Ordem Dia. Eu peço o encerramento da reunião, porque teve início a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nós temos que superar, vencer etapas.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por essa razão, há *quorum* para a realização da sessão.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso, mas houve a superveniência de causa independente. V.Exa., que é o penalista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não há.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Que começou e disse o Eduardo Cunha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não há. A Presidência segue-se aqui pela luzinha. Por gentileza!

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Retiro a superveniência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e um de março de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma Política, no Anexo II, Plenário 07 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Almeida Lima — Presidente; Edinho Araújo e William Dib — Vice-Presidentes; Henrique Fontana — Relator; Alceu Moreira, Alfredo Sirkis, Arnaldo Faria de Sá, Augusto Coutinho, Daniel Almeida, Eduardo Azeredo, Erika Kokay, Ivan Valente, João Paulo Lima, José Guimarães, Luiza Erundina, Marcus Pestana, Mauro Benevides, Miro Teixeira, Reguffe, Ronaldo Fonseca, Rubens Otoni, Sandro Alex e Waldenor Pereira — Titulares; Bohn Gass, Dalva Figueiredo, Danilo Forte, Eduardo Cunha, Fernando Ferro, Jefferson Campos, Marcelo Castro e Rosane Ferreira — Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Cabo Juliano Rabelo, Carlos Eduardo Cadoca, Efraim Filho, Esperidião Amin, Fábio Faria, José Otávio Germano, Jovair Arantes, Luciano Castro, Newton Cardoso...”

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - *“...Pauderney Avelino, Paulo Maluf, Ricardo Berzoini, Ronaldo Caiado, Simão Sessim, Vicente Arruda e Vitor Paulo. Abertura. Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a ata da 38ª reunião ordinária, realizada no último dia 14 de março. Com a palavra, o Sr. Presidente indagou a respeito da necessidade da abertura da ata, mas, antes que houvesse a manifestação do Plenário a respeito, o Deputado Miro Teixeira ponderou a coincidência da realização da reunião da Comissão com a sessão extraordinária da Câmara dos Deputados. Com a palavra, o Deputado Almeida Lima comunicou que já tinha uma posição acerca do fato e que a divulgaria após apreciação da ata. Usaram a palavra para debater os Deputados Eduardo Cunha, José Guimarães e Miro Teixeira. Prosseguindo, o Sr. Presidente passou a palavra ao Relator, Deputado Henrique Fontana. Encerramento. Finalizadas as considerações do Deputado Henrique Fontana e retomando a palavra, o Deputado Almeida Lima encerrou a reunião às 15h40min. E, nada mais havendo a tratar, convocou uma*



outra para a próxima quarta-feira, às 14h30min. E, para constar, eu, Ana Lúcia Ribeiro Marques, lavrei a presente ata, que, após ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Almeida Lima, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião."

Lida a ata.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Sr. Presidente, como não houve *quorum*, V.Exa. não pode ler a ata. Não houve *quorum*, a sessão caiu. V.Exa. não podia estar lendo a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Essa questão já foi objeto de deliberação. E o entendimento da Presidência foi no sentido de que nós não nos encontramos na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não é questão de Ordem do Dia. Não houve *quorum*!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não houve *quorum* para deliberação da ata, mas há *quorum* para a realização da sessão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não há *quorum*, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A realização da sessão é um *quorum*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não interessa! Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A deliberação é outro. Não há *quorum* para deliberação. Desde quando nós não nos encontramos na Ordem do Dia, não houve a derrubada da sessão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, não estou discutindo Ordem do Dia. V.Exa. diz que houve a verificação. Não deu *quorum*. Não deu *quorum*, caiu a sessão. V.Exa. não pode prosseguir. Essa é a questão de ordem que quero fazer a V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não declarei o encerramento da sessão por falta de *quorum*.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. não precisa declarar!
Não deu *quorum*!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - *Quorum* existe! Declararei, agora, como faço neste instante, o encerramento da presente sessão, que, antes...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar, eu quero recorrer da decisão de V.Exa. lá no plenário. V.Exa. não pode estar prosseguindo uma reunião cujo *quorum* não foi obtido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deixa-me, portanto, declarar mais uma vez, de forma bastante...

(Não identificado) - A Ordem do Dia já começou!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, o direito de recurso é legítimo! Eu quero que V.Exas. entendam a decisão que eu tomei, que poderá ser considerada errada e será reformada, mas a decisão da Presidência, neste momento, até ser revogada, é soberana! Não declarei encerrada a sessão, pois a falta de *quorum* não foi para a sua abertura, foi para as deliberações na Ordem do Dia. Ponto! Nós estamos ainda na fase de leitura, discussão e deliberação das atas. Essa foi a decisão, da qual V.Exas. podem recorrer. Vou declarar encerrada a sessão neste momento, porque a sessão ordinária do plenário teve início. Antes, porém, de declarar encerrada, eu concedo a palavra a V.Exa.. Eu gostaria apenas de que houvesse ordem! Eu não vou saber presidir de forma diferente. V.Exa. tem a palavra. Logo a seguir, o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, foi feito o pedido de verificação da votação da ata. A verificação da ata... A votação da ata não obteve *quorum*. Ao não obter *quorum*, cai a sessão, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado, eu compreendi o argumento, com o qual eu já declarei que não concordo. Não adianta contra-argumentar nem discutir, nesta reunião, a decisão da Presidência. Cabe recurso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está bom. Mas, para fazer recurso, eu preciso de uma informação de V.Exa.: qual foi o número de Parlamentares que votaram o pedido de verificação da ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Esse número foi lido já. Está aí.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas eu estou perguntando para fazer o meu recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Mesa tem toda aqui...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero saber para aditar ao meu recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Mesa passará a informação a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por favor, é a informação que eu quero para recorrer da decisão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SISKIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quantos deliberaram? Quantos presentes deliberaram?

(Aparte fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Dezenove presentes deliberaram.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual era o *quorum* necessário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A Comissão tem 40: 21.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

Agora V.Exa. deu a resposta que eu queria e prova que o senhor está equivocado.

(Não identificado) - *(Fora do microfone.)* - Tinha que ter encerrado a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Gente, a Presidência não é arbitrária, não é autoritária, não é arrogante, não é prepotente.

Eu acho que nós devemos respeitar a posição do Regimento, e o Regimento diz que eu tenho que tomar a decisão. A decisão foi tomada.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, eu gostaria de levar à consideração da Presidência, da Relatoria, da Direção desta Comissão que, numa reunião da Direção desta Comissão, fosse avaliada a possibilidade de autodissolução desta Comissão.



Está-se configurando senão uma tragédia, uma farsa. Nós trabalhamos durante 1 ano, e alguns atores que estiveram muito pouco presentes, claramente não querem deixar esta Comissão deliberar, o que vai ser um desgaste enorme para esta Comissão, para os membros da Comissão e para a instituição como um todo.

Mas creio que as energias desta Comissão estão se esgotando. Eu me sinto ludibriado. Venho para cá...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por gentileza, Deputado Marcus Pestana.

Eu preciso de silêncio para ir à conclusão da reunião.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nós fizemos uma longa discussão durante 1 ano de trabalho, com audiências públicas. Foi uma discussão aberta, clara, transparente. Agora o Regimento prevalece, está acima de todos nós, mas tem que haver uma decisão política.

Eu acho que a Direção... Está se esgotando. Eu já não tenho ânimo para atender às convocações mais, porque virou uma verdadeira palhaçada, porque estão com manobras protelatórias, não querendo deliberar.

Eu acho que se esgotou aqui. O Colégio de Líderes, a Presidência da Casa adotem outro rumo então, se não é possível por essa via. O País e as evidências recentes das últimas semanas, dos últimos dias, mostram que é preciso uma reforma política. Essa é a necessidade da democracia brasileira e do País.

Agora, quem pensa miudinho, porque quer que fique tudo como está, vem aqui, apegando-se à rigorosa interpretação do Regimento, para obstaculizar o avanço da discussão.

Então, eu acho que é assim. Para permanecer a farsa, eu, pelo menos, não estou disposto a participar.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu concederei a palavra inicialmente ao Relator e, logo a seguir, a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Mas eu queria até de dizer algo para que o Relator pudesse dar a palavra final.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas logo a seguir a V.Exa. E eu obedecerei aqui o entendimento dos dois.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Penso que seria melhor o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas gostaria apenas de dizer o seguinte: compreendo perfeitamente as palavras de V.Exa. Devo dizer, no entanto, que a Presidência continua com todo o ânimo.

O perfil do Presidente foi adotado no dia de hoje pela primeira vez diante do esboço do Regimento por diversas vezes. E quando o Regimento é mostrado e exigido, a Presidência tem que se comportar da mesma forma.

Levei à deliberação a ata. Se tivéssemos tido *quorum*, essa parte já estaria vencida. Ou seja, como este foi o primeiro episódio nesse sentido, com essa característica, espero, no entanto, que, na próxima quarta-feira, próxima reunião, o Plenário esteja presente para poder deliberar com o *quorum* necessário. Aí nós venceremos todas as etapas que a procrastinação legítima, que a obstrução legítima vierem a interpor.

Portanto, vou conceder a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis e, logo a seguir, ao Relator, antes de encerrar a sessão e antes de a Ordem do Dia ser iniciada.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo e uma ponderação ao Exmo. Sr. Relator, que de uma forma tão dedicada e correta vem conduzindo os trabalhos.

Penso que nós estamos diante de um impasse e a forma de superar esse impasse... Ele parte do princípio que quem pode o mais pode o menos. V.Exa. já concordou que, ao final do caminho, isso deverá ser submetido a um referendo. Eu penso que, para que de fato as várias soluções aqui propostas tenham igual tratamento e que possa de fato esta Comissão sair com uma proposta robusta, significativa, devemos adotar o princípio de que o produto final do trabalho deve ser uma proposta de PEC.

Penso que, do ponto de vista da metodologia que nós devemos seguir, devemos votar por temas. E votar por temas de que maneira? Pegar as várias emendas que configuram um determinado sistema de votação, um determinado sistema eleitoral, juntar e fazer a votação em dois turnos a respeito desse sistema eleitoral. Primeiro, votar um corpo de emendas, conseguir chegar ao sistema



eleitoral e, dentro desse sistema eleitoral, votar as diversas variáveis que estão em cima da mesa, inclusive, se necessário, criando novas emendas e novos destaques, com a possibilidade de que também o sistema atual seja aferido, também o sistema atual seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Alfredo Sirkis, peço brevidade, para o encerramento da sessão, por causa da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Só para concluir. Mas me parece que isso é... Olha, já ouvimos aqui tanta besteira, tanta procrastinação... Eu estou aqui fazendo uma proposta séria, que eu acho que pode tirar a gente do impasse. Então, eu gostaria realmente de poder explicá-la até o final.

Então, nós teríamos primeiro uma deliberação sobre se queremos o sistema proporcional ou se queremos o sistema distrital, se queremos o distritão ou se queremos o sistema distrital misto. Uma vez selecionado o sistema eleitoral numa votação em dois turnos, digamos que a maioria se pronuncie pelo sistema proporcional. Aí nós poderemos deliberar: sistema proporcional atual, sistema de listas ou a proposta mista que foi feita pelo Exmo. Sr. Relator.

Se for o distrital misto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Alfredo Sirkis, eu peço a colaboração de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Essa é uma questão de mérito no momento de encerramento da sessão?

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Exatamente. A sessão termina num impasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Darei a palavra a V.Exa., com imenso prazer, na próxima sessão.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Já estou terminando. Sr. Presidente, já estou terminando.

Justamente por causa do que ocorreu é que eu estou fazendo a minha proposta, que se dá na forma de um apelo ao Exmo. Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, nobre Deputado.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, eu primeiro agradeço a V.Exa. a possibilidade de usar a palavra.

Quero pedir em meu próprio benefício, a todos os presentes...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

Quero pedir, Presidente, em meu próprio benefício, a todos os presentes à sessão, que nós possamos manter silêncio, porque senão o debate que nós temos de fazer aqui não é nem ouvido pelas pessoas que terão de tomar as decisões e nem por aqueles que terão de divulgar o debate que está ocorrendo aqui, que é a imprensa que está acompanhando o nosso trabalho.

Nós aqui não temos nenhum impasse estratosférico, Deputado Sirkis. Nós temos aqui uma disputa histórica, que dura há décadas neste País. Há gente que defende política com financiamento privado e com campanhas caras, e o Deputado Eduardo Cunha é uma dessas pessoas. E ele fará tudo o que puder para impedir a reforma política e esta Comissão tem que decidir se ela quer ou não votar regimentalmente a reforma política. Eu não posso inventar um sistema de votação que permita a cada um dar uma opinião e fazer checagens de opiniões. O Senado fez isso e acabou num impasse.

Sobre este projeto, que carrega 1 ano de trabalho desta Comissão e centenas de horas de trabalho da consultoria, da Presidência e deste Relator, há uma proposta concreta: financiamento público exclusivo de campanha, com teto de gastos, votação em listas flexíveis preordenadas, com voto secreto de filiados e com democracia interna dos partidos, fim de coligação proporcional, redução do mandato de Senador para 4 anos, fim da suplência senatorial, como ocorre hoje, e, de cada 3 inscritos para disputar uma eleição, uma pessoa de sexo diferente. Aqui há uma proposta de reforma política.

Eu vou fazer um desabafo, Presidente. Prefiro ser derrotado a participar desse tipo de situação. Podem, sim, fazer 20 sessões. Quero pedir ao Deputado Pestana, com quem tenho tido conversas absolutamente respeitadas, posições diferenciadas... Não, eu não quero dissolver esta Comissão. Prefiro ser derrotado, se for o caso, porque eu quero que o povo brasileiro saiba quem defende o financiamento privado. Aliás, poderia ler hoje que, na Inglaterra, que não tem nada de diferente do Brasil, o tesoureiro do partido conservador foi flagrado vendendo



convite, por 700 mil reais, para jantar com o Primeiro Ministro da Inglaterra. Nos Estados Unidos, cuja crise causada por uma péssima gestão financeira é brutal, os bancos estão dominando o Congresso americano com o dinheiro que financia as campanhas. Então, nós temos que dar uma resposta ao Brasil. Nós somos representantes do povo brasileiro. Eu acolhi aqui porque alguém poderia dizer: *“E se esta reforma for feita pelos políticos para beneficiar os políticos?”* Não, o povo brasileiro vai ter a última palavra. E, se entender que o que nós votamos no Parlamento não lhe serve, ele vai derrota-lo no referendo.

Eu nem ia usar este argumento, porque não precisa. É evidente que eu sei que o Deputado Eduardo Cunha quer evitar a votação da reforma. Qualquer pessoa que chegou ontem no Congresso compreende isso. Agora, quanto a esta discussão, Presidente, a este papo de votação de artigo por artigo, vou dizer aos senhores que os destaques que estão aqui destacam todos os artigos do projeto, menos o 5º. Em todos eles, o Deputado vai poder votar e, se houver maioria, vai ganhar. Mas ele está sentindo que vai perder. Ele sente e eu sinto, no Plenário da Casa, que os Parlamentares estão cansados de andar de chapéu na mão e ter seus mandatos criminalizados permanentemente por um sistema de financiamento que não funciona. E há maioria naquele Plenário. Quando chegarmos no Plenário, nós vamos ganhar. Quando chegarmos no referendo e formos debater taco a taco — hoje pode aparecer em alguma pesquisa que não há maioria no financiamento público —, quero dizer no horário nobre da televisão que financiamento privado tem relação com corrupção, com compra de mandatos, e retira a possibilidade de pessoas pobres e bem-intencionadas, que querem fazer política com dignidade, concorrerem. Eu quero acabar com essa demagogia de dizer que financiar uma campanha com recurso público vai diminuir o dinheiro para um hospital funcionar bem. É o contrário, vai haver mais hospital, mais universidade, mais política pública funcionando melhor; vai haver mais Deputados e Senadores com independência para tocar as suas responsabilidades, que é representar o povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu só quero fazer um apelo final a V.Exa., e não é por impasse. Digo para o meu amigo Deputado Reguffe que, se não acolhi boa parte das emendas que S.Exa. apresentou é por absoluta convicção de que não é



possível, neste momento do Brasil, aprovar estas emendas e constituir maioria com elas. Eu abri mão de boa parte das minhas convicções.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - V.Exa. me concede um brevíssimo aparte?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Concedo com certeza.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Concordo e sou solidário com seu desabafo, mas tenho que dizer que o sistema eleitoral proposto por V.Exa. V.Exa. mas tenho que dizer que o sistema eleitoral proposto por V.Exa. é incompatível com o financiamento público.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu respeito a sua opinião, mas não concordo com ela, Deputado Sirkis. Não concordo com ela porque quando nós colocarmos um teto, dinheiro público, previsão de punição clara, crime eleitoral para quem usar caixa dois, prisão de 2 a 4 anos, tenho certeza de que os Deputados que estão aqui, nesta sala, não vão desrespeitar essa lei. E se alguém desrespeitar — Presidente, vou concluir —, se alguém desrespeitar vai ser punido.

O sistema atual é o festival da possibilidade, de todas as ilegalidades que nós conhecemos. E a cada semana e a cada mês nós ficamos sabendo de um novo caso. Eu nunca falo sobre nenhum porque não quero “fulanizar”. Quero propor à Comissão pensarmos uma política melhor para o Brasil no futuro.

Por fim, qual é o meu problema para atender à solicitação de alguém que está se dedicando — e aí sim, se dedicando — para votar a reforma, como é o caso do Deputado Sirkis, que é dos que querem a reforma e trabalha para isso, assim como o Deputado Reguffe? Qual é o meu problema para atender às solicitações de V.Exas.? É que não há texto, Deputado! Se alguém quer defender aqui um distrital misto, tem que escrever um texto e uma emenda. *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)* Tem que dizer se ele é o sistema distrital misto alemão, que é 100% proporcional, ou se ele é um sistema distrital com viés americano. Ou seja, há muitas diferenças.

Eu, para propor um sistema, trouxe escritas seis, sete páginas com detalhes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Meu querido Relator...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, permita-me, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por favor. Pois não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu tenho ouvido muitas coisas e estou até reconhecendo que, para propor um financiamento público, se alguém perguntasse para mim num referendo como o brasileiro: *“O senhor vota a favor do financiamento público no referendo ou contra?”*, eu responderia: *“Depende. Se a lei está bem escrita, se o sistema de distribuição dos recursos tem justeza, se há sistema de fiscalização, se há punição, se essa lei vai funcionar mesmo, eu voto a favor. Agora, se é uma tese, como a que o Senado votou — ‘financiamento público’ — e não se diz nem como é, quanto vai para cada partido, quanto vai para cada...”*

Para chegar aqui houve dezenas de horas de trabalho por tabelas, olhando quanto custou a eleição em cada Município, em cada Estado, para Deputado, para Senador, para Deputado Estadual, para propor um percentual que está escrito aqui. Aqui está escrito que os partidos não podem continuar apresentando candidatos com base em comissão provisória indefinidamente, que é uma maneira de concentrar o poder na mão de quem está na cabeça do partido. Aqui há democratização do sistema político brasileiro. Pode ter coisa melhor do que isso? Com certeza pode, mas eu vou dizer uma frase com muita convicção: isso aqui é bem melhor do que a política brasileira atual.

Eu estou pedindo voto de V.Exas. a favor do relatório, ressalvados os destaques. E se perder qualquer destaque eu vou incorporar no relatório, e depois teremos o plenário. Pode haver gente que está votando aqui a favor, mas que no plenário poderá inclusive ter outra posição.

O que o Deputado Eduardo Cunha está fazendo é obstrução, e eu não posso aceitar chantagem que ele diga para este Relator, Presidente. Ele é minoria muito minoritária na Comissão, e ele vem, chantageia o Relator dizendo o seguinte: *“Ou tu aceitas a votação como eu quero, artigo por artigo, ou não vai haver votação.”*

Só um pouco. Prezados companheiros Deputados colegas, vamos ficar aqui 8 horas a fio, vamos marcar para terça-feira, para quarta-feira, vamos ficar aqui até às 3 horas da madrugada e não vamos ter um sentimento de tristeza, não. Vamos ter um sentimento afirmativo, vamos disputar nossas posições e fazer acontecer essa votação porque a nossa Comissão não pode ser dominada por um único Deputado.



Desculpem-me pela franqueza aqui. Não pode ser dominada por um único Deputado. Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sras. e Srs. Deputados, só os tolos não anteveriam que chegaríamos a um momento como este. Chegamos. Nós temos que deliberar. Vamos deliberar, e deliberar o mérito, não deliberar atas. Precisamos de maioria para deliberar atas e precisamos de maioria para deliberar o mérito. Aqueles que se constituírem minoria vão precisar compreender que a maioria ainda é a única saída no estado democrático que não é um bom sistema, mas, até que se invente um melhor, é o que prevalece.

Agora devo dizer a todos, em especial ao meu amigo Marcus Pestana, discordando apenas da tese de autodissolução, que pode ter acontecido já uma tragédia. A farsa, com certeza, a depender da Presidência e do que eu sinto do plenário, não irá acontecer. No início da obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, logo no início, Karl Marx, emendando Engels, disse: “A história acontece como tragédia e ela se repete como farsa”. Repito: Karl Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.

Aqui não se vai estabelecer farsa, aqui nós vamos deliberar, nos desincumbir de uma missão e mandá-la para o plenário, para a Presidência. O direito à obstrução é legítimo, mas é preciso ter persistência — e nós teremos. A Presidência vai se comportar de acordo com o que for tocado. Eu não vou deixar de ter... eu não, a Presidência não vai deixar de ter autoridade regimental. Ela vai ter autoridade regimental e, com certeza, nobre Relator, o parecer e a proposta de V.Exa. serão submetidos, na forma regimental, à deliberação.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Posso pedir uma coisa a V.Exa., Sr. Presidente? Se V.Exa. concordar, pediria que marquemos sessão na semana que vem para terça-feira às 14 horas, até para que possamos ter, eventualmente, duas sessões, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, antes porém anunciando que, diante da ponderação do nobre Relator e dos trabalhos da Casa para a próxima semana, oportunamente, ainda esta semana, designaremos data para a sessão seguinte.

Está encerrada a sessão.